

Curso **32**
horas/aula

A Reforma da Previdência

Sua Aplicação e a Jurisprudência. Atualização em Direito Previdenciário

Público-alvo Magistrados, servidores em função de assessoramento e servidores que atuem com matéria previdenciária no âmbito da 2ª Região

Programação Plataforma Zoom

Dia 11/11 - Juiz Federal Eduardo André Fernandes

9h às 13h Os impactos da Covid-19 nos processos administrativo e judicial previdenciário. A prova da incapacidade laborativa. Perícia médica. Dispensa de perícia. MP 1.113/2022. Lei 14.331/2022. Fixação de DIB e DCB. Reabilitação profissional. A prova de vida. Atualização jurisprudencial. A pensão por morte após EC 103/2019. Categorias de dependentes. Reversões de quotas e percentuais. DIB e DCB. A prova da união estável. Acumulação de pensão com aposentadoria. Métodos, limites e efeitos. O auxílio-reclusão e as modificações da Lei 13.846/2019 e da EC 103/2019. Alterações relevantes no benefício de prestação continuada (LOAS). Prova da vulnerabilidade socioeconômica. Início, suspensão e cessação do benefício assistencial. As alterações da Lei 8742/93 pelas Leis 14176 e 14284/2021. O auxílio-inclusão. Atualização jurisprudencial.

14h às 16h Debates e problematizações de casos concretos

16h às 18h Simulações e apresentação de soluções aos casos, problematizações

Dia 18/11 - Juiz Federal Eduardo André Fernandes

9h às 13h As alterações nas aposentadorias especiais e conversões de tempo especial no RGPS, após a EC 103/2019. Jurisprudência do STF, STJ e TNU sobre tempo especial: alterações recentes. A prova do tempo especial: PPP e LTCAT. IN 133/2022 do INSS. Agentes cancerígenos. Ruído. A informação de EPI eficaz. A conversão de tempo especial e a sua utilização em contagem recíproca. Analogias em tempo especial por categorias profissionais. O conceito de probabilidade de exposição a agentes nocivos e à periculosidade habitual e permanente. Trabalhadores de ambientes hospitalares e agentes biológicos. A jurisprudência. Eletricidade. Temas 210 e 211 da TNU. O tema 1031 do STJ e sua conexão com os temas 210 e 211 da TNU. Tema 1209 do STF. As aposentadorias da pessoa com deficiência e o tratamento após a EC 103/2019 e a LC 142/2013. A acumulação de aposentadorias. Breve atualização jurisprudencial a respeito das principais revisões previdenciárias. A revisão de atividades concomitantes e o julgamento do STJ no Tema 1070. Revisão dos tetos.

14h às 16h Debates e problematizações de casos concretos

16h às 18h Simulações e apresentação de soluções aos casos, problematizações

Dia 21/11 - Juiz Federal Eduardo André Fernandes

9h às 13h Contagem recíproca. Certidões de tempo de contribuição. Uso, averbação e desaverbação de tempo de contribuição. Emissões pelo INSS e para uso do INSS. RPPS: alterações mais relevantes. FUNPRESP, o benefício especial e a renúncia à paridade e à integralidade. A reabertura do prazo de adesão da MP 1.119/2022. Distinções mais relevantes entre as novas regras de transição para servidores públicos. Possibilidades de utilização das regras de transição anteriores. Há direito adquirido às regras de transição? A acumulação de mais de uma aposentadoria e de aposentadorias e pensões entre si, na EC 103/2019. A aposentadoria especial e as categorias com tratamento diferenciado no serviço público.

14h às 16h Debates e problematizações de casos concretos

16h às 18h Simulações e apresentação de soluções aos casos, problematizações

Dia 28/11 - Juiz Federal Eduardo André Fernandes

9h às 13h A nova forma de cálculo das aposentadorias no RGPS do art. 26 da EC 103/2019. Revisão da vida inteira e o Tema 1102 do STF. Aplicabilidade da nova forma de cálculo a benefícios programados e não programados. O novo tratamento constitucional da aposentadoria por invalidez. Aplicação da EC 103/2019 e dos arts. 29 e 29-C da Lei 8.213/91 no tempo. DIR, DER, DIB de aposentadorias: distinções necessárias. Comparação das regras de transição para o RGPS da EC 103/2019. A complementação e o descarte de contribuições. Distinção entre categorias de segurados obrigatórios. O empregado doméstico. O contribuinte individual. O segurado especial. O segurado facultativo. Manutenção e perda da qualidade de segurado. Qualidade de segurado putativo. Carência. Recolhimentos equivocados e suas consequências. Descarte, complementação, utilização de excedente e agrupamento de contribuições. Atualização conforme Decreto 10.410/2020 e IN 128/2022. Acumulação de benefícios no RGPS. Proteção da confiança no RGPS. Tempus regit actum e os limites dados pela isonomia. Tema 979 do STJ e sua repercussão. Tema 692 do STJ. Recomendação 128/2022 do CNJ, sobre julgamentos com perspectiva de gênero.

14h às 16h Debates e problematizações de casos concretos

16h às 18h Simulações e apresentação de soluções aos casos, problematizações

Inscrições na EMARF

Juízes Federais 2ª Região

<http://www7.trf2.jus.br/cae>

Demais Magistrados e Servidores

cae.emarf@trf2.jus.br

Realização

Coordenação: Juiz Federal Victor Roberto Corrêa de Souza

Portaria de Credenciamento da Enfam nº 147, de 04 de junho de 2021



11, 18, 21 e 28 de Novembro de 2022
das 9h às 18h